



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Assembleia da República Gabinete do Presidente
N.º de Entrada <u>300535</u>
Classificação
<u>05/03/02</u> / /
Data
<u>09/03/03</u>

REQUERIMENTO Número \_\_\_\_\_ / x ( \_\_\_ª)

PERGUNTA Número 1493 / x ( 4ª)

Expeça-se
Publique-se
<u>05/03/2009</u>
O Secretário da Mesa
<i>Rosário Albano</i>

Assunto: **Ligação Vimioso – Outeiro/IP4 (futura A4)**

Destinatário: **Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**

*Por determinação de S.º S.º P.º A.º R., a  
Sua Secretária da Mesa*

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia da República

09.03.09

Com a construção da IP4 até Quintanilha as populações do concelho de Vimioso criaram a legítima expectativa de vir a ter uma ligação rápida, designadamente à sede do concelho.

Na altura, há mais de uma década, essa ligação parou inexplicavelmente na freguesia de Outeiro.

Entretanto, em 15 de Outubro de 2000, face a informações de que se estudava um eventual traçado por zona despovoada, os Presidentes das Juntas de Freguesia de Argozelo, Carção, Santulhão e Matela dirigiram um abaixo-assinado ao senhor Primeiro-Ministro António Guterres, onde entre outras reivindicações exigiam “a construção de uma via rápida (com perfil de IC), que ligue a Vila de Vimioso ao nó da IP4/Paço de Rio Frio e, cujo traçado sirva os interesses das populações da margem direita do Rio Mação (Outeiro, Argozelo, Carção, Santulhão e Matela), contrariando assim propostas tornadas públicas, que sob o falso argumento de encurtar distâncias, se pretende aprovar um traçado inadequado porque inútil, dado não considerar os agregados populacionais actualmente existentes”.

Daí até agora, na prática, nada avançou a não ser o “folclore” do perigo de extinção de uma comunidade do “rato cabrera”, animado por governantes e autarcas para distrair as populações e alijar responsabilidades.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Acrece que o Concelho de Vimioso é um concelho com imensas potencialidades nos domínios dos recursos naturais, agricultura, turismo, cinegética, agro-indústria, etc. Mas que, tem o seu futuro comprometido face à criação de algumas premissas para o seu desenvolvimento, designadamente os acesso rodoviários.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio do **Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações** me sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Quais as razões de atraso na concretização deste acesso?
2. Tem o Governo algum projecto de construção desta estrada?
3. Se sim, qual o traçado e os prazos de conclusão da obra?

Palácio de S. Bento, 3 de Março de 2009

O Deputado,

Agostinho Lopes